

---

---

# Política



1 9 3 1

---

---

ANO II

N.º 20

REDACTORES { *D. Mascarenhas e Silva* (F. D. U. L.)  
*F. P. d'Almeida Langhans*  
*Miranda da Rocha* (F. D. U. C.)  
*M. Pinto Barreto* (F. E. U. P.)

EDITOR — *Nicolau Monteiro* (F. D. U. L.)

PROPRIEDADE — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, L.T.D.<sup>a</sup> (Em organização)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol e Santa Catarina, 40-A, 1.<sup>o</sup>

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tip. Augusto Costa & C.<sup>a</sup> L.<sup>da</sup> — Largo do Barão de S. Martinho — BRAGA

## SUMARIO

Palavras Claras . . . . .	<i>Rolão PRETO</i>
Civilização . . . . .	<i>Franz-Paul LANGHANS</i>
As Duas Democracias . . . . .	<i>António M. do AMARAL PYRRAIT</i>
«Do Valor e Sentido da Democracia» . . . . .	<i>Carlos PROENÇA</i>
De Teatro — Domus de Alfredo Cortez . . . . .	<i>Abílio PINTO DE LEMOS</i>
Administração . . . . .	
Publicações Recebidas . . . . .	

## ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e ilhas . . . . .	10\$00
Provincias Ultramarinas . . . . .	15\$00
Estrangeiro. . . . .	20\$00

Numero avulso 1\$50

*José Guilherme Ayala Monteiro*

ADVOGADO

Rua dos Douradores, 72, 3.<sup>a</sup> D.

Telefone c. 899

*Artur de Campos Figueira*

ADVOGADO

Rua Nova do Almada, 54, 2.<sup>a</sup>

TELEPHONE CENTRAL 5024

LISBOA

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

# Política

REVISTA QUINZENAL

ORGÃO DAS JUNTAS ESCOLARES DE LISBOA, COIMBRA E PORTO  
DO INTEGRALISMO LUSITANO

Director: ABELIO PINTO DE LEMOS

Redactor-principal: A. DO AMARAL PYRRAIT (F. D. U. L.)

---

Lisboa, 31 de Março de 1931

---

## Palavras Claras Integralismo e integralismos

O Integralismo é um conjunto de doutrinas políticas, sociais, económicas capazes de criar e manter o *meio* duma restauração integral da nação portuguesa. É em política, o triunfo das condições determinadas pelo empirismo constructor e pelo espirito nacional; é socialmente a formula dum *devenir* activo e permanente das forças históricas da nação, equilibradas pela função Real, orientadas pelas regras claras que inspiraram a sua criação e as suas justas liberdades; é enfim, sob o ponto de vista economico, a consagração dum dinamismo criador que resulta do jogo livre dos interesses da Produção dentro do quadro historico do *bem público*.

Por isso o integralismo é a nação que acorda e toma corpo na sua marcha de oito seculos para se erguer à altura do seu animo de grande nação europeia e latina.

Póde o conceito de Ressurgimento nacional sofrer mutilações no seu plano geral e harmónico: perante as exigências apriorísticas dalguns, diante do vão receio daqueles a quem os preconceitos embotam a fina, a viril ponta da Intelligência? Por outras palavras. Póde o Integralismo sem contradizer a sua essência de *total* verdade política repartir-se em dispersões momentaneas do seu pensamento com a mira de realizações parciais e adaptando-se a circumstâncias particulares?

Loucos todos aqueles que se contentam em supor que a semi-verdade é sufficiente para contentar a lógica irreductivel das realidades.

Atravez a sua ilusão ou a sua manobra não se divisa ainda a perda certa a que correm os que se fiam nas adaptações comodas do *meio termo*, mas o tempo costuma ser duma crueldade inexorável no cuidado que põe em desfazer os belos castelos de areia erguidos... em pobre chão de areia.

**O Integralismo e as Ditaduras**—É da pura essência do integralismo considerar que não há liberdade contra a nação. Diante da magestade eterna da nação a soberania do individuo toma o aspecto secundário que se representa por um factor de natureza efêmera e transitória.

As Ditaduras são pois um meio de servir a nação. Morta a era absurda das constituições *liberal-democratas* por contrária ao sentido em que se equacionam nos tempos modernos os problemas nacionais, as Ditaduras aparecem como instrumento natural do Estado Moderno e como tais se impoem. E, aqui a razão porque desde a Ditadura doirada da Wallstreet—as ferreas Ditaduras chinezas, passando pelas mais ou menos expressas Ditaduras europeias, o mundo pode hoje considerar-se a caminho da sua libertação das velhas formulas de anarquia e de morte—as formulas do velho e absurdo parlamentarismo.

Considerar porém as Ditaduras justas e necessárias, e, mesmo, considera-las legitimas em certos casos não quer dizer de nenhuma maneira que elas têm em sua natureza o principio bastante a todos os males que as provocam. Seria absurdo querer dar fóros de definitivo áquilo que na sua própria essência é limitado e transitório. Todavia a Ditadura, exactamente, porque é uma consagração e um reforço vivo da autoridade posta ao serviço da nação assume perante ela responsabilidades cuja grandeza difficilmente se pode fixar, a não ser pelos seus resultados através da história. A Ditadura branda de João Franco, tão liberal e formalista afinal que o próprio chefe afirma dela não haver Ditadura mas sim Ditadores, essa Ditadura complacente e arrendida que a si própria se nega e contradiz, trazia no ventre desde a primeira hora a Revolução e a morte do Rei D. Carlos.

As consequências da Ditadura *debonnaire* do Primo de Rivera está-as sofrendo a nossa irmã Espanha. De tal forma a ordem se não compadrece com as transigências que lhe procure impôr a desordem, que, não se nos alguma exagêro supor preferível à ordem atraçoada a desordem sem mistura...

**As condições duma Ditadura**—É um ponto de história hoje assegurado que João Franco assentava a sua Ditadura numa esperança que se alimentava da boa fé do Ditador. Esperança de que os portugueses chegassem a vêr na sua total claridade todas as boas intenções do Franquismo, boa fé na lialdade da força em que se apoiavam naturalmente as Ditaduras. Chegou depois a hora trágica do regicídio... e como já antes quando se tentou julgar os revolucionarios de 28 de Janeiro tinha chegado a hora do desengano... e não encontrando homens como Vasconcelos Porto à sua roda juizes militares de confiança capazes de exercer a justiça necessária. Quere isto dizer, que, a primeira condição da Ditadura é confessar-se Ditadura. Quere isto ainda dizer que tem razão um Mussolini quando põe o seu primeiro cuidado em substituir as velhas engrenagens do Estado liberal de Nitti e de Facta por seguras e vigorosas camisas negras...

A Ditadura que é Ditadura e que assim o confessa e se afirma, é também necessariamente Nacional. Perante ela não há diversidade

de credos nem antagonismo de ideias: há bons e maus servidores do interesse nacional — competentes ou inúteis, honrados ou quadrilheiros, homens bons ou canalhas.

Dentro d'êste critério cabe ao serviço do país um republicano em regime monárquico ou um monárquico em regime republicano.

Sidónio Pais teve o seu melhor apoio nos monárquicos. A inteligência clara da sua Ditadura viu bem que a solução dos problemas nacionais estava em equacioná-los dentro de factores portugueses. Primeiro do que ninguém êle viu que a única maneira de vencer a quadrilha dos partidos era organizar a frente única de todos os portugueses de boa vontade.

Mussolini que foi o vencedor do comunismo italiano não temeu em ir buscar aos seus antigos camaradas do «Avanti» os Turati e Modigliani e quantos servindo com competência podiam ser estremados homens de bem.

A Ditadura que é forte e nacional não teme nunca pelo seu futuro. As revoluções não são possíveis com o Fascismo porque Mussolini *arrumando a casa a limpou primeiro!*

**Razões de Crêr** — Em Portugal há actualmente duas formulas que jogam entre si a cartada decisiva. O Bom-Senso e a Verdade Heroica. Dentro da primeira arregimenta-se a cobardia cívica que leva aos bons empregos, à vida regalada, o não te rales que justifica todos os abandonos e dá razão a todas as traficâncias políticas, sociais e económicas. . . O Bom-Senso está gordo, veste bem, tem os seus capitais no Banco de Inglaterra, frequenta a loja maçónica do seu Bairro e vai ao Domingo à missa, solene, bem disposto e tranquilo. Detestou o 18 de Abril e o 28 de Maio porque detesta revoluções. Serve-lhe agora a Ditadura até que venha o Revirálho. . .

O Bom-Senso estava com Castela contra D. João I e o Condestável; estava com o velho do Restelo contra a nossa vocação de povo marítimo; o bom-senso recebeu com alvoroço os Filipes e Junot. . . o seu patriotismo chora, é verdade, diante dos males da Pátria mas o seu clamor é discreto e sereno e só se revela dentro de sua casa, as portas trancadas e afastado do perigo dos esbirros. . .

Oh! então o bom-senso tem as suas horas heroicas de tremendo protesto em chinelas. . . ou às mezas dos cafés, entre amigos seguros.

O Bom-Senso, é bem certo, não levaria o General Gomes da Costa a Braga fazer o 28 de Maio nem combateria pela nação no 7 de Fevereiro. Numa como noutra emergência estava êle porém preparando cuidadosamente a sua farda de ministro. Também êle agora de certo a vai preparando quando estuda e bosteja as formulas caras ao seu comodismo e à sua póse — o Revirálho por um Governo de Transição.

A Nação vive porém pela sua alma heroica e sagrada. Em todas as grandes crises da sua história permaneceu felizmente sobre a miséria de uns, a subserviência e a traição doutros, a vontade firme e inabalável daqueles que acima de sua comodidade, dos seus interesses, e das suas

# CIVILISAÇÃO

**N**UM século em que um simples mortal pôde comunicar, em segundos, com o seu antipoda graças a T. S. F. e à televisão: em que os expressos potentísimos, os grandes paquetes — maravilha de luxo e de técnica — os poderosos aviões em plena florescência, abreviam ao máximo as grandes distâncias, percorrendo em dois ou três dias o que dantes se fazia em mezes: em que a indústria, utilizando complicada maquinaria, substituiu de todo o músculo — energia dinâmica do homem — podendo fazer em poucas horas um número fantástico de objectos: em que no campo da cirurgia, se conseguem extraordinárias e difíceis operações; em que as descobertas do rádio, do helium, das ondas hercianas, o aproveitamento da energia térmica do mar etc., trouxeram uma vasta perspectiva às sciencias: em que a fotografia e o cinema se apresentam com utilidade duplamente recreativa e técnica: enfim um número infinito de coisas que fariam a vergonha dum *civilizado* *Jacinto* se, por acaso, pretendesse de novo instalar-se no seu 200 da Avenida dos Campos Elísios, o homem conquistou toda a natureza exterior e subordinou a matéria aos seus desejos. Mas no meio da ânsia de domínio, esqueceu-se de dominar a natureza interior e abandonou a sua personalidade.

Se se fizesse ao homem moderno uma análise espectral do seu cérebro, o observador constataria uma confusão de imagens sucedendo-se em velocidade vertiginosa que, anulando-se consecutivamente, estabelecem o caos, a anarquia mental. Tomemos, por exemplo, os clichés de três tipos de cérebros civilizados e examinemo-los através da luz clara da critica. O primeiro, mostra-nos em cada circunvolução uma côr cujo conjunto forma uma especie de Kaleidoscôpico em que as combinações policrônicas variam num movimento cada vez mais acelerado, até nos dar a impressão duma peça de fogo. — E o cérebro do intelectual, inconstante nas ideias, variável nas concepções e sempre peregrino em busca duma terra prometida que nunca mais chega a encontrar. As côres do cliché representam as ideias. O movimento acelerado é a instabilidade da sciência e da filosofia nas suas feições fasciosas. As ideias e a insuficiência dos principios como verdades reais marcham para um fim desejado mas não atingido. Todas as locubrações deste cérebro resultam infructíferas pela falta de vida nas células iniciais de todo o pensamento,

---

vaidades sabem colocar corajosamente o seu coração forte de portugueses.

Podemos crer! a nação pode crer nos seus destinos sagrados.

A vontade heroica dos portugueses vencerá mais uma vez.

Rollão PRETO



que são essas ideias-abstractas, tam apreciadas pelo homem moderno. São como o fogo de vista, que nos consegue deslumbrar durante instantes, mas que rapidamente se some na escuridão da noite. O segundo, apresenta uma arquitectura extravagante. Os cubos disputam as pirâmides. As pirâmides e os cubos formam uma complicada rãde de linhas rectas, verticais, obliquas, horisontais. Por sãbre este scenário uma quantidade de objectos muitissimo emburalhados. Aqui uma cabeça, ali uma roda, depois uma letra, a segair um funeairo. Esta salada russa constitue o cãrebro do artista moderno. A incoerãncia campeia, a vacuidade estabeleceu atraiais. No terceiro, vã se uma massa informe, pardacenta e mole. E' o cãrebro do burguez. Este é o tipo mais vulgar da actualidade, e porque é mais vulgar é a maioria que como tal domina, e forma a classe preponderante. Característica especial: o cãrebro burguez não produz nada e consome tudo. Por este tritico da mentalidade bodierna, podemos avaliar o grau de desenvolvimento a que chegou a intelligãcia humana depois de tantas reformas religiosas, politicas e sociais, depois de tantos metodos, sistemas e escolas que preocuparam e preocupam os devotados corifãeus dum progresso para uma civilizaãõ superior.

As multipas actividades que o homem agora pode dispender, convergem todas para um mesmo fim: alcanãar o máximo bem-estar material. Olha-se para a vida exterior e vive-se para a vida affectiva. As almas vagabundeiam em procura do definitivo que não acham, do repouso que não encontram, duma consolaãõ que é problemática. Mas vai-se pensando sempre que a felicidade está no *aproveitamento central*, no *automovel*, no *maple* e nos sons desconjuntados do *Jazz* que marca, em infernal batuaque, o compasso de desarticuladas danãas grotescas. E o mundo marcha ao ritmo do martelo pilãõ, sumindo-se em massa pelo alto portal do templo da finança. A matéria é o signo dos tempos que estão correndo. A ela, qual outro Baal, sacrificã-se tudo. A alma é queimada em louvor dos instintos. Os instintos dominam a vida. A vida já não é actividade intrinseca, mas decomposiãõ. Decomposiãõ é morte. Logo a vida não existe. E a morte que paira por toda a parte sob o signo da matéria.

A Razãõ, maravilha do gênio helãnico, essa facultade do real como a denominou Maritain — que é a clareza e harmonia no raciocinio — difuliu-se no mar das abstracãões patãticas. Eclipsou-se perante o feitiãõ da Razãõ Pura. O Espirito, infinitamente dignificado pela mística e moral cristã, sumiu-se com o advento das ideias degeneradas da moral revolucionãria. A hierarquia, na ordem social, foi desbaratada em nome duma felicidade hipotetica e duma liberdade desvairada. A disciplina contropoz-se o orgulho individual, estulto e improductivo. A beleza equilibrada dos antigos e a beleza primitiva e rústica, foi esquecida com a entronisaãõ do culto fantasmagãnico duma arte depravada e sem nexõ.

A este ciclo apocaliptico convencionou-se chamar — suprema ironia — o do Progresso, das Luzes, da Civilizaãõ. E por nós lhe apontarmos a iniquidade, houve quem — com fino desdem — nos convidasse a apagar as lampadas electricas. Perguntamos: com que direito se nos atirou esse

pequenino sarcasmo? e com que autoridade? Não foram, por acaso, os acetrinos defensores da lampada electrica — mestres e discipulos; precursores e sucessores — os primeiros a apagar a luz interior, que alumia e aquece a alma? ... Não foram eles que eliminaram a espiritualidade dos povos para os atirar para as trevas duma ideologia primaria, só porque queriam que todos recebessem a luz dos filamentos das lampadas electricas?... Não queremos que se apague a luz electrica, mas queremos que se mantenha acêsa aquela Luz que, num dia glorioso, rasou do oriente e illumina todo o universo!...

O facto das conquistas realizadas pelo intelecto, não representa indice de civilisação, se se ausentaram aqueles principios que dignificam o homem e o elevam no meio de toda a Creação. O trabalho effectuado pela intelligencia no campo dos phenomenos fisicos, não é mais que uma serie de transformações e combinações da materia. O genero humano adquire maior comodidade ou maior perversidade, não se aperfeiçoa, se abandonar as Verdades que nos foram reveladas.

A Civilisação está com aqueles que, no meio do mundo pagão corrompido e ameaçado, não só reabditaram a natureza decada, como salvaram o patrimonio da Intelligencia, accumulado durante seculos. A Civilisação está com aqueles que, no meio das destruições e massacres de todo o periodo das invasões dos barbaros, modificaram os costumes rudes e selvagens dos povos que vieram do fundo das florestas inacessiveis e que deram, pelo exemplo, a maior lição civilisadora que olhos humanos viram. A Civilisação está com aqueles que, desbravaram as terras, fundaram novas cidades, criaram nova cultura sobre as ruinas do mundo antigo. E sem eles o que seria do mundo, da Civilisação, quando a grande avalanche dos barbaros, investiu por todos os lados, o corpo enfraquecido do imperio Romano? Se não fossem eles, o aspecto das sociedades seria outro. Depois das devastações e arremetidas, quando os povos vindos do norte entrassem em vida sedentaria, os costumes primitivos prevaleceriam. A choça e a caverna seriam a moradia improvisada por sobre os templos e monumentos, que ficariam como testemunhos não comprehendidos da antiga grandiosidade. A Civilisação está com aqueles que tornaram possível a victoria de Châlons-sur-Marne, que é a victoria do Occidente, é a nova maratona que salvou a Europa da abersão asiática. Correram seculos. Têm-se visto coisas previstas. (\*) Nações contra nações, homens contra homens, destruições e reconstruções, ideias boas e ideias más. Sociedades que ora se formam e amanhã desaparecem. Sistemas novos que se tornam velhos. Iniquidades de toda a ordem e os mais terribes cataclismos. Mas no meio dos fluxos e refluxos da vida humana a flama da Civilisação, da verdadeira Civilisação, daquella que cria e constrói, daquella que espiritualisa e aperfeiçoa, lá vai tremulando, ao vento da tempestade, no mastro grande da barca de Pedro.

*Franz-Paul LANGHANS*

(\*) Discurso escatológico de Jesus.



# As Duas Democracias

**A** Democracia é na fórmula conhecida de Aristóteles, o governo o povo pelo povo.

Conservando-se a mesma através dos tempos na sua essência e no seu objectivo, a ideia democrática, foi pelos homens diversamente realizada, concretizando-se em instituições diferentes, características de épocas e de palzes.

As democracias antigas da Grécia, de Cartago e de Roma, confundiam suas origens numa mesma filosofia de princípios, mas em obediência ao que ficou dito distanciaram-se muito no campo da prática, e a história é boa testemunha de quão diferentes foram entre si, as realizações democráticas da antiguidade.

Conclusão perfeitíssima duma filosofia cristã e espiritualista, a democracia social da idade-média, antepondo ao objectivo político do governo do povo pelo povo, o objectivo moral do Bem comum das gentes não é uma democracia no verdadeiro e rigoroso sentido da palavra.

A Democracia liberal revolucionária, a democracia dos tempos de hoje, concepção «sui generis» do ideal democrático em tudo diferente das democracias antigas, é um amontoado tórrvo de abstracções, em que a realização contraria a ideia, num caos tremendo de contradicções e de absurdos.

Democracia pouco democrática, na consagração da absoluta liberdade individual, mais governo do homem pelo homem, do que propriamente governo do povo pelo povo, a democracia liberal é na ideologia e na realização, a síntese de duas democracias diferentes.

Ambas absurdas, ambas mentirosas, ambas danosas à saúde das nações, torpemente inventadas no fim máu de destruir, essas duas democracias diferentes, e não só diferentes mas contrárias, são a democracia da ideia e a democracia do facto.

A democracia da ideia é o sonho artificioso dos filósofos de setecentos, aumentado e glosado por quanto sofista e quanto mentiroso a humanidade viu nascer em todo um século de estupidez.

Absurda no considerar do homem livre e isolado, vivendo pelos bosques, alheio e ignorante dos outros, sem ser filho e sem ser pai;

Absurda ao explicar a existencia social e a sujeição à autoridade, por um contracto, manifestação de vontade «colectiva» dos homens «isolados»;

Absurda ao edificar sobre a base hipotética e movediça do individuo, a organização social e política dos povos; a democracia da ideia, é um disparate continuo, uma história da carochinha, que faria rir se acaso não fosse tão triste em consequencias.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade, palavras lindas que atraem e provocam o entusiasmo das turbas, são tudo abstracção, pouco significam em si e o mínimo raciocínio que consentem, estaca no absurdo.

A liberdade revolucionária é a liberdade limitada do homem naquele fantástico período de isolamento que Hobbes e Rousseau conceberam. Incompatível com a autoridade, conseqüente destruidora da sociedade e do estado, a liberdade arrasta a ideologia democrática à maior das contradições e ao pior dos absurdos.

Objectivo político que é em si mesmo a destruição da política, objectivo social que é em si mesmo a destruição da sociedade, a liberdade é pelo regresso fatal ao «estado de isolamento» a anulação do «*spatio socialis*» que a democracia defende.

A igualdade revolucionária é uma ideia vaga, impossível de compreender. Ao contrário do que muitos pretendem ou julgam, não se resume «ela é «*lei igual para todos*» dos princípios de 89. Na boa lógica dos princípios a liberdade exclui a possibilidade da lei, e por outro lado conseguida ha muito, velha de muitos anos, a igualdade perante a lei, não poderia ser hoje, objecto de reivindicações ou de conquistas.

Além disso, no isolamento que a liberdade implica, de nenhum interesse seria a igualdade ou a desigualdade dos homens: aparecidos «miraculosamente» na terra, suspensos entre ela e o céu, desconhecidos uns dos outros, separados por rios e por montanhas, qual será a igualdade de que fala a democracia e porque razão faria ela a felicidade dos homens?

A Fraternidade é o remate perfeito do triptico revolucionário. Abstrata, inacessível, trabalho vão seria tentar compreendê-la.

Com efeito se fraternidade quer dizer amizade de irmãos, como admitir a possibilidade da sua existência em homens que nunca se viram, que se desconhecem, que se ignoram? E mesmo quando fosse possível e realizável esse absurdo, donde estaria a utilidade desse amor?

Avatar de fábulas, de abstrações, de contradições e de absurdos tais são na realidade à luz clara do raciocínio, os mitos da liberdade, da igualdade e da fraternidade, caruncho tripé da democracia da ideia.

Tão irrisórias, tão faltas de senso, tão mentirosas, essas palavras duma ideologia sem ideias, correram o mundo e seduziram na mesma miragem de fantasia os homens de todas as raças e de todos os países.

A forma e a rapidez com que por toda a parte se propagaram e floresceram as ideias da revolução, é sem sombra de dúvida um dos factos mais extraordinários da história contemporânea. Explicando-o, o imparcialíssimo Gustave le Bon, afirma «*que la grande force des principes revolutionnaires, fut de donner bientôt, libre cours aux instincts de barbarie primitive, refrenés par les actions seculaires du milieu, de la tradition et des lois.*» (9)

Contra o que ensinou Rousseau, o homem é originariamente má e a sociedade é não só uma condição de vida, mas também o meio natural onde ele se faz bom.

O instinto selvagem do animal, escondido, e muitas vezes esque-

(9) in la Révolution Française et la Psychologie des révolutions

ção pela acção continua da vida em comum, não morre dentro de nós, e vigilante espere sempre ocasião azada, de se manifestar, de surgir. A liberdade inventada por um revoltado, foi rasilho á revolta sempre iminente de muitos.

Foi assim lisongeando as paixões selvagens do instinto com o brilho mentiroso do seu letreiro que a ideologia democrática arrebanhou adeptos, recrutou soldados, e foi assim finalmente que a democracia revolucionária da ideia, vencendo, ponde dar origem á democracia revolucionária do facto.

A democracia revolucionária do facto não é de forma nenhuma a realização da democracia revolucionária da idea.

Abstrata, contraditória e absurda, a ideologia democrática da revolução, não só seria impossível de realizar, como tambem se o fosse, implicaria em si mesmo a destruição da sociedade e do individuo. A liberdade absoluta é com o desaparecimento da autoridade a extinção da sociedade, e a extinção da sociedade é a morte do individuo e a morte das espécie. A sociabilidade é para os homens uma lei da natureza. A vida em comum é condição essencial do nascimento, da vida e da reprodução.

«L'homme — dizia Fichte — n'est traitement homme que parmi les hommes.» (1)

Tão necessária ao psíquico como ao fisico só a vida em comum, justifica, só nela e por ela podem existir, a palavra, expressão do pensamento, o altruismo, a caridade e a amizade.

E' pela acção mútua do homem sobre o homem, que ele saiu da barbarie primitiva, e embora seja coisa absurda e irrealizável o estado de isolamento, é certo, contudo não ser impossível dada a divulgação de doutrinas subversivas, a formação duma mentalidade selvagem adentro do estado social.

Enquanto a democracia se concretizava em formas políticas antagónicas e contraditórias, o seu ideal libertário, igualitário e fraternal ia formando correlativamente na alma ingénuas das multidões e dos individuos uma mentalidade conforme aos principios revolucionários.

Essa mentalidade foi a inversão da moral na consagração da mentira, do vicio e do crime. Livre de todas as peias o homem abandonava-se aos seus instintos de fera. No dizer junto de Gustave le Bon, «la devise Liberté, Egalité, Fraternité, ne servit bientôt plus qu'à couvrir d'une justification légale, les sentiments de cupidité, jalousie, haine des supérieurs, vrais moteurs des foules qu'aucune discipline ne refrène plus.» (2)

Cada um interpretou a seu modo os dogmas da revolução: Pour le conventionnel, — dit ainda Gustave le Bon, — la liberté signifiait seulement l'exercice sans entrave de leur despotisme; pour un jeune intellectuel moderne, le même mot synthétise l'affranchissement de tout respect à l'égard de ce qui le gêne; pour les jacobins politiques actuels, la liberté consiste surtout dans le droit de persécuter leurs adversaires. (3)

(1) citado pelo, F. Ch. Lahe le Cours de Philosophie

(2) e (3) in la Revolution Française et la Psychologie des révolutions

## POLÍTICA

*Notre révolution* — escrevia em 1792 o próprio Camille Desmoullins — *n'a ses racines que dans l'égoïsme et dans les amours propres de chacun.* (1)

*Ce que constitue la République c'est la destruction de tout ce que lui est opposé* (2) — explicava Robespierre; e Carrier encarnação máxima do jacobinismo acrescentava: *nous ferons un cimetière de la France, plutôt que de ne pas la régénérer de notre manière.* (3)

Testemunhando o transtorno mental e moral, provocado pela ideologia revolucionária, Carrier escrevia — *c'est par principe d'humanité que je purge de ces monstres la terre de la liberté.* (4) E Robespierre exclamava ingenuamente: *ôtez-moi la conscience et je suis le plus malheureux des hommes.* (5)

Na inversão das ideias e dos princípios, na perda completa da noção do bem e do mal, a liberdade foi a justificação de todos os tiranos desde a onnipotência brutal da Convenção até à ditadura feroz dum Trotski ou dum Staline. A Igualdade é motivo a todas as vinganças, assim como a fraternidade é desculpa a todos os crimes.

«O sacrifício distante mas generoso dos decaissés mil anti-maçônicos assassinados segundo Passos Manuel após a Setembro, e dos três mil, quinhentos e cinquenta legitimistas que segundo o deputado liberal François foram assassinados de 1874 a 1877» (6) fica na história atestando o que foi entre nós o triunfo da liberdade.

El-Rei D. Carlos, o Príncipe Real, Sódónio Pais, Morais Sarmento e tantos outros, eram vítimas «necessárias» à democracia e por isso os seus assassinos foram heróis, defensores da liberdade do Povo?! Glorificação dos assassinos a Liberdade, é também a glorificação dos traidores: Gomes Freire, meu soldado, duplamente traidor à Pátria, é herói e mártir na sua história de mentira.

As instituições políticas da democracia não desmentiram os absurdos da sua ideologia, nem tam pouco as monstruosidades da sua moral.

Por si mesmo, na sua própria existência, um governo democrático é uma contradição violenta, um absurdo, á face do princípio da liberdade humana: como conciliar os direitos intangíveis do indivíduo, com a autoridade necessária do Estado? Baseada na utopia do sufrágio universal, a realização política da democracia liberal é, em contradição completa com os seus ideais com as suas promessas a menos liberal, a menos igual, a menos fraterna de todas as formas de governo.

A eleição — já dizia Balzac — *conduz ao governo das multidões, o único que não é responsável, o único cuja tirania é ilimitada por que se baptiza com o nome da lei* (7). E Rousseau escreveu numa hora rara de sinceridade, desmentindo o que ensinava: *Le Peuple anglais pense être*

(1) (2) e (3). Citados por Gustave le Bon obra citada.

(4) e (5). Citados por Paul Boy-get in *As serviz de l'Ordre.*

(6) pequeno recorte da admoção 4.ª página do n.º 3 da *Renovação*, sobre o glorioso quinquenário do Integralismo Lusitano na Cidade do Porto.

(7) *Comédie Humaine.*

*libre il se trompe fort; il ne l'est que durant l'élection des membres du parlement: sitôt qu'ils sont élus, il est esclave, il n'est rien. Dans ces courts moments de liberté, l'usage qu'il en fait, mérite bien qu'il la perde (1).*

Governo de partido, sustentado pela facção o governo da democracia não pode realizar a igualdade. Recordemos a conclusão justa de Charles Benoist: *l'égalité est donc possible sous l'indifférence du prince, impossible sous la volonté passionnée du peuple (2).*

Divisão, discórdia, luta de partidos e de classe, a fôrma política da democracia liberal, também não pode realizar a fraternidade: *« C'est la lutte des classes et non leur rapprochement, qu'enseignent aujourd'hui les orateurs politiques. Jamais haine plus profonde ne divisa les diverses couches sociales et les partis politiques qui les ménaient (3).*

São estas as duas democracias.

Contraditórias, impostóras, absurdas, criminosas, são elas a ruína dos povos e das nações.

A todos obriga o dever grande de pensar na Política: o bem da comunidade interessa a todos e todos por êle são responsáveis.

E' mister portanto que os homens, escolhendo melhor forma de governo, se afastem da democracia e a abandonem. Para o fazer, não precisarão mais do que pensar.

O exorcismo máximo contra as seducções da democracia da ideia é sem dúvida possível, o considerar triste da democracia do facto.

!Que todos os portuguezes bons, tenham sempre em mente, junto da democracia falsa dos pasquins e dos parlapatões, a democracia verdadeira das bombas e dos gazes asfixiantes!!!...

António M. do AMARAL PYRRAIT

(1) in Contrat Social. Cap XV

(2) in Les lois de La Politique Française

(3) Gustave Le Bon — obra citada.



# “Do Valor e Sentido da Democracia,,

DOUTOR CABRAL DE MONCADA

(CONTINUAÇÃO DO N.º 19)

O esclarecido professor de Direito conquistou um lugar de justo destaque entre os mestres do nacionalismo português. Não tanto pela síntese doutrinária formulada (que de resto é prometida em próximo opúsculo) como pelas linhas do método de elaboração por elle fixadas e que são comuns à sua directriz política e à nossa.

Separa-nos a posição inicial ou — para empregar os termos de Radbruch por elle perfilhados — a «constelação teleológica» donde partimos. Com efeito, o Sr. Doutor Cabral de Moncada confessa-se *personalista*, enquanto *crê* que são os valores da personalidade que devem considerar-se os mais dignos de ser realizados na vida política, isto é, enquanto proclama que o Estado deve existir para o individuo e só para o individuo.

Pelo contrário se quizermos integrar a nossa attitude no quadro acima apresentado, facilmente se verifica que o Integralismo Lusitano aceita a concepção *transpersonalista* de base religiosa, em que o individuo, os grupos materiais e a sociedade são olhados como elementos — cuja realidade peculiar é respeitada e traduzida em factos políticos — que se articulam numa *totalidade unitária* mais alta, o *cosmos*, criado e organizado pelo pensamento divino, mantido pela Providência dum Deus pessoal, para o qual tudo tende e se move. É uma concepção *integralmente cristã* portanto, que aceita o preceptorado da Igreja Católica, depositária infalível da Verdade Eterna.

Seja-me lícito aproveitar o ensejo para mais uma vez acentuar a diferença que separa a fórmula nacionalista do Integralismo Lusitano doutros nacionalismos contemporâneos, cujos aspectos anti-cristãos mereceram a condenação formal da Igreja. Esses nacionalismos partem duma fórmula *transpersonalista*, sim, mas de base exclusivamente social. Segundo elles são os valores especificamente sociais, do grupo, e da sua expressão política — o Estado, que subordinam todos os outros, elevando-se à categoria de *finis* exclusivos. Por isso, neles, o Estado é tudo e o individuo nada, fóra do Estado, que totalmente absorve aquelle, como na *Cidade Antiga*. Consequentemente todas as manifestações da actividade espiritual ou material do homem não podem conhecer outra lei que a do interesse e engrandecimento do Estado.

Não precisamos de citações eruditas para afirmar que é esta a posição do nacionalismo francês (Maurras). Em tudo semelhante, talvez

mais agudamente pagã, era a atitude do fascismo, que a Santa Sé prudentemente soube corrigir com a concordata de Latrião, em vez de sobre ãe lançar o anãtema, que feriu a *Action Française*.

A diferenãa entre o *sociocentrismo* exclusivista do nacionalismo francães e da primeira fase do nacionalismo italiano, e o *teocentrismo*, digamos assim, do Integralismo Lusitano bastaria para provar a mã fãe e a ignorãncia dos que tolamentem pretendem irmanar e confundir essas diversas correntes polãticas da Europa ocidental — se isso mesmo não estivesse hã jã muito cabal e superiormente demonstrado (\*).

III — Em poucas pãginas faz o Sr. Doutor Moncada a exposiãõ clara e precisa das doutrinas fundamentais do demo-liberalismo.

Uma vez formulado o ideal da liberdade e igualdade do indivãduo — unica realidade que o democratismo conhece, na sua concepãõ atomãstica da sociedade — o essencial, nesta doutrina, ã o *processo* de transferãncia de liberdade, da soberania, do indivãduo para o agrupamento, para a colectividade, *personificada* e considerada por sua vez sujeito de soberania. E' necessãrio que essa transferãncia se efective sem que o indivãduo entre no domãnio de «heteronomia», pois se tal acontecer destruido ficarã o fim primãrio, que se procurava atingir — a liberdade do indivãduo.

Para isso na sociedade autãnoma, autãnomo tem de continuar sendo o indivãduo, que somado aritmeticamente aos seus semelhantes entra na constituiãõ da sociedade por acto de vontade (*contrato social*). Para isso se estabeleceu o princãpio de representaãõ e o parlamento, como orgão polãtico.

A ordem lãgica das ideias, em que pode decompãr-se a concepãõ do democratismo, são portanto: liberdade, igualdade, povo, soberania do povo, representaãõ e parlamento.

Em primeiro lugar analisa o Sr. Doutor Cabral de Moncada o valor e a correlaãõ sistemãtica das ideias filosãficas em que descansa aquela concepãõ, em seguida o valor geneolãgico dos elementos ideolãgicos que nele se integram, depois o mãtodo que utiliza na sua elaboraãõ doutrinãria e finalmente o valor ãtico atribuãdo às ideias iniciais de liberdade e igualdade.

Encarando-a por ãstes quatro aspectos, quero dizer, examinando o democratismo destes quatro pontos de vista diversos, pãe em relãvio, com rara penetraãõ e superior nitidez, a debilidade da construãõ, o convencionalismo e a falsidade irremediãvel dos conceitos, a ilegitimidade das conclusões produzidas pelo democratismo e ainda a insanidade e ineficiãncia do seu ideal ãtico-polãtico.

IV — O democratismo deriva duma especãfica concepãõ filosãfica

do *homem*, traçada sob o signo do racionalismo, individualismo e idealismo instaurados a partir da Renascença, nalguns sectores do pensamento europeu. Realizou-se então na concepção do universo social e moral uma revolução semelhante — mas em sentido contrário — à que Copérnico tinha operado na concepção do universo físico. Passou-se, neste, do sistema *geocêntrico* para o sistema *eliocêntrico*, enquanto no universo moral se abandonava o *sociocentrismo* medieval pelo *antropocentrismo* moderno, raiz primeira do pensamento democrático.

«O homem tornou-se o centro do mundo moral e a medida da sociedade». Justamente como para os sofistas gregos — «o homem é a medida do universo» (Pitágoras).

Só dentro de si mesmo, na razão emancipada do convívio humilde das realidades, o homem poderia buscar o legítimo conhecimento e a verdade. Toda a substância estranha ao espírito, transcendente a ele, é considerada como inatingível, ao mesmo tempo que logicamente se perde a visão de tudo o que é *social*.

De pé só o espírito se mantinha, cada vez mais engrandecido, na imensa solidão do mundo. Este, se existe, é criado pelo espírito como Berkeley ha-de afirmar pouco depois (*esse est percipi*). Eis instaurado aquele grande sisma entre a inteligência e o ser, de que fala Maritain. O conhecimento deixou de ser, rigorosamente, uma *relação* entre sujeito e objecto, para se transformar em pura modalidade daquele. Em vez de *acquiescere intellectus et rei* a verdade volve-se em simples *evidência* interior. Assim nos aparece delimitada a posição filosófica do racionalismo, do individualismo e do idealismo, que informam a nova concepção do homem, «o primeiro vendo na razão a essência do homem, o segundo vendo no homem a única realidade social, com finalidade própria e o terceiro enfim vendo no «espírito» o «facto puro» actualidade criadora do ser, emancipado de toda a ideia de substância e de finalidade extrínseca ou heterónoma». E sobriamente o Sr. Doutor Cabral de Moncada comenta «acodem-nos involuntariamente ao espírito as palavras da Bíblia: *eritis sicut deus*».

Ora se o idealismo racionalista nega a realidade objectiva da figuração do mundo *criado* pelo espírito não pode conseqüentemente admitir a existência duma sociedade, como realidade ontológica, *transcendente ao individuo*, nem pode, sem a si mesmo se negar, formular o «direito da sociedade, conjunto de individuos, se governar também a si mesma e *dever ser* livre e autónoma».

Na verdade, segundo o idealismo, como já vimos, o espírito não pode ultrapassar os *objectos fenoménicos*, aqueles que são *construídos* por si, tendo como *material* as impressões meramente subjectivas. Pois bem, o *demo-liberalismo* formulando um *ideal*, um *dever ser*, referido à sociedade como *admeno* e por isso mesmo transcendente ao espírito, comete peccado mortal contra o seu idealismo, instalando-se no *objecto-real*, para além do *objecto fenoménico*. Este autêntico salto mortal arrasta-o a contradição irreparável e a sofisma transparente: «sofisma en-

quanto raciocínio falso, contradição enquanto pressupõe já necessária, embora inconscientemente, a existência dum indivíduo social, duma sociedade *coisificada*, realidade que ele aliás não podia admitir.

Concluamos portanto: o racionalismo idealista pode sem contradição consigo mesmo, formular o que entende por ideal do indivíduo — a liberdade e igualdade; mas não pode de modo nenhum fundar o democratismo, condição, *meio* reputado *necessário* à realização daquele ideal individual.

A meu ver o idealismo só pode em política traduzir-se coerentemente pelo anarquismo puro. Tudo o mais repugna à sua dialéctica interna.

V — O segundo aspecto de crítica do Sr. Doutor Cabral de Moncada — aquêlê em que analisa os elementos ideológicos que compõe a concepção do democratismo — é, a meu ver, o mais vigoroso e aquêlê em que são vistos mais de face os erros e os vícios das doutrinas democráticas.

Para poder aproveitar as ideias de liberdade e igualdade começa o democratismo por desfigura-las e torce-las, roubando-lhes o seu significado natural. Na verdade, òle pretende apenas realizar a liberdade e a igualdade *políticas*, ou seja «o direito de todo o homem contribuir para a formação da *vontade geral* ou vontade do Estado» e «a igualdade de todos os homens nessa sua contribuição para a formação da vontade geral», coisas muito diferentes do conceito de liberdade e igualdade naturais.

Só a vontade de todos é, pois, fonte de poder, mas para o democratismo este *todos* vale como *um* — pessoa colectiva, ser fantasmagórico, povo — substractum da vontade geral, a quem é atribuída a liberdade, agora transformada num «conceito sintético, tomado material, com corpo, gravidade e atrito própria». Oferece-se aqui um processo de materialização semelhante ao das revelações espiritas.

Desde que se chegou à concepção mística da vontade geral é ella que dominadoramente pode sobrepôr-se aos indivíduos, e a partir desse momento o democratismo — «passará logicamente a não se preocupar mais com o grau em que essa vontade possa exigir o sacrificio das *verdadeiras liberdades* do individuo. Esse sacrificio passará a ser-lhe indifferente. O poder e autoridade do Estado poderá ampliar-se e ir além de todos os limites, até mesmo ao desconhecimento e aniquilamento totais da liberdade do individuo, e da igualdade de facto, e todavia logicamente isso não tira que a democracia seja uma construção lógica perfeita e uma verdade acabada. Bastará, para que o seja, que tal autoridade possa considerar-se imanada da vontade geral, que, no sofisma de Rousseau, é a vontade de todos e de cada um, e até a minha, ainda quando eu por engano possa supor que o não é». Vontade de todos e de cada um, mas — acentuemos — concebida como individual e como vontade do Estado que, conseqüentemente, os doutrinários da democracia consideram como pessoa. E ele e só ele que, a partir de agora *deve ser* livre: «Já não é

o Estado que se diz livre por ser formado por indivíduos livres, mas serão estes que serão chamados livres, só porque o Estado que constituem é chamado livre.

Aqui temos como a democracia aniquila total e irremediavelmente o ideal de liberdade individual, que ele tinha sido chamado a realizar. Democracia e liberdade são portanto noções contraditórias.

VI — A liberdade — ficou acima dito — transfere-se do indivíduo para o povo. Vejamos o que significa este elemento ideológico do democratismo e que realidade lhe corresponde ou, por outras palavras, qual é o valor gnoseológico desta noção de povo?

Os defensores do democratismo concebem, ou pelo menos tendem a conceber-lo como uma realidade metafísica, um *colectivo*, que *deve ser*, ele, verdadeiramente autónomo, sujeito de soberania. E o *povo soberano*. Ora a este conceito de povo nada de verdadeiramente nominal, de transcendente, corresponde, pois que se por um lado «isto de ser livre e autónomo só pode entender-se, com algum sentido, dum ser consciente e dotado de vontades por outro lado só alegórica ou poeticamente se pode falar de *uns colectivos*, tão alegórica ou poeticamente como se poderá falar da *alma* duma floresta, do mar, da tempestade, etc. Absurda mistificação comete, pois, o democratismo hipostasiando, atribuindo realidade ontológica aquilo que não passa duma palavra, dum simples *status vocis*. E o Sr. Doutor Cabral de Moncada esclarece: «Podemos conceber o povo, abstratamente e sem ficção como uma realidade formada por todos os membros duma comunidade política, sujeitos a uma mesma ordem jurídica, como *objecto* duma mesma actividade nomeativa do Estado, e tendo, tambem, certos condicionalismos fisicos determináveis. Não pode, porem, conceber-se como *sujeto*, como uma unidade moral, nem muito menos psicológica, portadora dum querer conscientes».

O democratismo procura escapar a esta dificuldade insuperável, tomando o povo assim concebido (povo *pessoa*, *povo metafísico*) como ideal para que deve tender o povo real, o conjunto dos indivíduos, dos cidadãos eleitores. Mas é absolutamente ilegítimo afirmar que o povo do eleitorado está para o povo metafísico como o *real* está para o *ideal*. E a razão é simples. O ideal é o *Zenith* para que tende o real, que dele incessantemente se aproxima. Ora o povo do eleitorado não pode aproximar-se do povo metafísico, tender para ele, muito pelo contrário, ambos se repelem e opõem, uma vez que o povo do eleitorado é sempre, em última análise, uma maioria vencedora, na qual as minorias (que, somadas, frequentes vezes se transformam em maioria) nunca poderão integrar-se.

O povo de ideologia é um fantasma e até mesmo como fantasma está em permanente e eterna contradição com o povo da realidade democrática: «O segundo não pode praticamente funcionar, afirmar-se como soberano, na vida do Estado, sem desmentir o primeiro, visto haver sempre uma minoria vencida; e o primeiro não pode realizar-se,



precepar-se nos factos, na esfera das relações políticas, sem condenar o segundo, visto este ser sempre apenas uma maioria vencedora.

E agora perguntamos nós, à margem do raciocínio do autor: Será possível fazer desaparecer as minorias, conseguir que o povo do eleitorado tenda e se aproxime da concepção metafísica do povo? Por outras palavras: será possível definir um indivíduo *padrão* ou *tipo* ao qual todos os outros se amoldem e adoptem a ponto de no futuro — o edénico porvir que os demócratas esmagadoramente atiram sobre nós quando não têm mais tolices para dizer — as divergências de espírito totalmente desaparecerem e tudo se fundir na mais celestial das harmonias?

Parece pueril a pergunta, mas quando falamos de democracia, devemos preparar-nos para enfrentar os maiores absurdos e as mais tresloucadas superstições.

A natureza inteira clama contra essa monstruosa *unificação* dos espíritos e a ela se opõe, pois que aquelles hão-de trazer sempre consigo as razões da sua eterna diversificação. Depois viver é diferenciar-se, tanto no físico como no espiritual. A educação não pôde desprezar ou destruir a personalidade assim construída com os factores inatos e com os elementos adquiridos, que divergem de individuo para individuo. Muito ao contrário, o educador tem de conhecer essas diferenças naturais e a partir delas, e com elas sempre à vista, realizar a sua limitada tarefa.

Mas, admitamos o estúpido e impossível absurdo, admitamos que a *escola única* conseguiria deformar as mentalidades até ao extremo de produzir cidadãos em série, tão semelhantes entre si como dois *Furds* do mesmo modelo. Nem por isso a concepção do povo, do democratismo, perderia a sua natureza exclusivamente fantasmagórica, visto que da identidade das consciências e das vontades de todos os individuos não poderia resultar e nascer uma consciência e uma vontade transcendentes, isto é, existindo independentemente dos individuos. Teríamos, nessa hipótese, de considerar o povo como um conceito universal (o universal *post rem* de Santo Tomás), realizado concretamente em cada individuo (universal *in re*), e nada mais.

VII — Voltemos à companhia do Sr. Doutor Cebra de Muncada.

Como realiza o povo do eleitorado — maioria momentaneamente vencedora — o ideal de liberdade, como se afirma elle soberano? Elegendo representantes que por elle exercem a soberania. É facil de ver, pois, que elle só é verdadeiramente autónomo e livre no momento em que lança a lista na urna, lançada ella a soberania escapou-se-lhe das mãos. Com effeito, uma vez discriminados esses representantes, constituido o parlamento, para elle se transfere toda a soberania e em nome dela pode, mesmo o individuo ser reduzido à mais severa das escravidões, sem a menor offensa para a lógica democrática: «a soberania effectivamente deslocada do eleitorado para os seus representantes, sem possibilidades duma fiscalização eficaz por parte daquele no seu modo de exercicio, será assim já não a vontade do povo — nem do povo de ideologia nem do

## POLITICA

povo real do eleitorado — mas apenas a de uma aristocracia carnal e momentaneamente constituída.

E nós sabemos com que seguro *critério* e perfeição de *processos* se faz, em toda a parte, o recrutamento daquilo a que o autor chama o *povo secundário*, para que seja preciso gastar mais dúzia de palavras com tal assunto.

Correntemente afirma-se que a representação parlamentar tem o caracter de mandato, o que é erro grosseirissimo. Na verdade a noção de mandato só pode applicar-se à representação que liga duas vontades individuais, referida a interesses concretos e nitidamente definidos, como se aprende em direito: «o representante exprime e representa realmente uma vontade que existe e quer, em cujo nome e interêsse ele também quer e age, da qual está dependente por mais do que um título e perante a qual, enfim, é responsável.» Ora o povo do eleitorado «tem interesses a tal ponto multiplos e contraditórios, de tal modo imprecisos e difíceis de determinar por ele mesmo» que não podemos classificar — sem ficção de todo o ponto ilegítima — como mandato a representação parlamentar. Pois qual é a vontade que *existe* e *quer*, independentemente do parlamento, e em nome da qual este actua, se já vimos que a *vontade geral* é uma simples e absurda fantasmagoria? E onde está a responsabilidade do parlamento perante o eleitorado, perante o povo, a vontade geral, se quizerem?

Irresponsavelmente conclui o Sr. Doutor Cabral de Moncada: a representação parlamentar só pode ser considerada como uma representação indirecta ou, mais explicitamente, uma *tutela*, porque o parlamento age no interêsse do eleitorado (suponhamo-lo ingénuo e momentaneamente), mas *em seu próprio nome*, dele representante tal como na tutela dos menores e dos incapazes.

Regime de tutela ou de curadoria, eis no que vem a dar a panacea burlesca da democracia, eis o que significa a *normalidade constitucional*, que por aí se reclama clinicamente e na qual se acoberta — por dura experiência o sabemos nós — a ditadura inexorável da estupidez, do latrocínio e do crime. Regime de tutela exercida por essa vasta e internacional associação de galerianos que é a Maçonaria — eis aonde pretendia levar-nos o grão-mestre Norton de Matos por *transacção* ou revolta armada — sem que a sua audácia recebesse desde logo — o pronto, justo e exemplar castigo.

Mas não nos esqueçamos de fixar ainda uma *pequena* diferença que separa o regime parlamentar do regime de tutela: «pupilo, terminada a tutela, pode pedir contas ao tutor, o povo nunca pode pedir contas ao parlamento».

Quedemo-nos hoje diante desta conclusão edificante a que nos conduziu o raciocínio do eminente professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma admirável lição de coragem moral, de que tanto carecem muitos dos nossos catedráticos, dos vários graus de ensino.

# DE TEATRO

## DOMUS de ALFREDO CORTEZ

**N**A nossa tão pobre e desguarnecida feira teatral surgiu há dias uma peça de Alfredo Cortez — *Domus* — que sem embargo das opiniões vãs-gas e desvairadas duma crítica petulante, mas inconsciente, há-de ficar como uma obra-prima do Teatro português moderno.

Fomos ao Teatro Nacional sem que nos acompanhasse qualquer ideia antecipada, haurida nos críticos profissionais das gazetas, onde mau grado nosso, costuma abundar o adjectivo e minguar o senso comum. Vimos, pois, a peça de Alfredo Cortez serenamente, sem paixão.

O que interessa ou deve interessar ao crítico em toda a obra de arte — seja romance, novela, poesia, teatro, etc. — é o seu conjunto, o pensamento dominante do autor. Deve apreciar-se em bloco e só depois, conhecida a directriz mental do artista, e como complemento, analisa-la nos seus pormenores. A obra de arte para o crítico é, antes de mais, a revelação duma personalidade, dum temperamento estético, dum carácter; isso tem o crítico principalmente de conhecer para numa visão de síntese nomear a nota original e as modalidades novas do artista. Ora a crítica não fez bem isso: agarrou na peça e procurou encontrar falhas, prendendo-se com minúcias, com insignificancias, com defeitos de técnica (onde estarão êles?), e depois de escrever uns polidos e já gastos logares comuns, com trejeitos desarticulados de malabarista dextro, afrou um piparote último diante do pasmo das pessoas de senso e o aplauso delirante dos burgueses aliteratados!...

Nos três actos da peça de Alfredo Cortez debate-se um problema — o divórcio. O dramaturgo saindo da rotineira do teatro passa-tempo,

---

Apontemo-la à miséria espiritual daqueles que mantêm as suas inteligências — criadas por Deus para procurar e contemplar a verdade — desorientadas na selva abominável das convenções artificiais, dos sofismas grosseiríssimos, das superstições e mitos da democracia, fagindo à verdade política com o mesmo pavor com que os morcegos fogem ao sol do meio dia.

Carlos PROENÇA

---

(1) António Sardinha: *Az Principio era o Verbo*.  
Higólio Raposo: *Diário Nacionalismo*.

mergulha no mar agitado das ideias, marca um ponto de vista e em volta disso tece a sua obra. Há por isso uma intenção, um fim em vista, uma ideia que o domina. Coloca-se adentro da sua lógica, da sua maneira de ver e fornece os argumentos com que anima os seus personagens. Não lhes empresta discursos, nem os força a malbaratar palavras, tornando-os uns simples autómatos; sabe imprimir-lhes verdade, movimentá-los no palco como se elles caminhassem na vida. E por isso a sua peça tem merecimento: porque lhe dá humanidade; e a obra de arte só vale pela maior soma de sentido humano que nela se contenha. Isto diziam os antigos e o confirmam os modernos.

Em Teatro, julgamos, o autor tem de conseguir ambiente no desenrolar das scenas e dentro desse ambiente movimentar as suas figuras para que ellas não sejam simples fantoches, movidos por cordéis, mas para que tenham alma, graça, vibração. Estes dois requisitos são interdependentes, ou antes o primeiro dependente do segundo: porque é pela forma como decorre o diálogo e pela quantidade de real que os personagens transportam que automaticamente se forma o ambiente.

Ora isto conseguiu-o, parece-nos, Alfredo Cortez no seu novo original. Os personagens teem carácter, teem vida própria, autónoma, contornos psicquicos bem definidos; e se da urdidura geral da peça uma ideia ressalta pela conjugação dos vários temperamentos que nela se movimentam, não é porque elles a transportem como se fôra um fardo, mas porque essa ideia é o resultado lógico das variadas paixões que em cada ser humano se desencadeiam.

Há na peça de Alfredo Cortez uma intenção, uma finalidade — a defesa do lar cristão, tradicional em opposição à familia moderna, sem raizes fortes, à mercê do divórcio que a aniquila.

Deseja a familia cristã, a sua estabilidade; e sabe defender este ponto de vista marcando a sua personalidade, forte, original, vincada.

Maria Antónia, mulher de boje, fútil, ligeira, frívola, conduz uma vida dita moderna; quer ser do seu tempo, com o prejuizo dos seus filhos e do seu marido. Uma altercação mais violenta e resolve divorciar-se, fugindo aos conselhos da Avó, senhora antiga que pela familia mantem um culto tradicional.

Surge um irmão, anarquista, que gastou vinte anos na prédica das ideias libertárias atravez do mundo. Vem cansado, quasi doente.

Maria Antónia, confiada nas ideias do irmão, vai falar-lhe como a única pessoa a quem pôde pedir conselho, convencida do assentimento dêste à sua loucura. Não quer dar esse passo na vida só, desacompanhada; necessita de apoio, pois que — presente-se — uns últimos lampejos de dever ainda lhe bruxoleiam na alma. O irmão nega-lhe esse apoio. Se ella quiser entregar-se a outro, que o faça, mas sem peias, sem divórcios, sem casamentos, está bem: é a lógica anarquista que elle professa e defende. Mas ella não terá coragem para o fazer, porque ainda

pertence a uma outra sociedade, que vive, que sente, que pensa como ela; portanto — nessa lógica — deve continuar com o seu marido.

Contraíu uma obrigação para com o meio em que vive, por isso deve submeter-se-lhe desde que não queira abandoná-lo em absoluto.

Haja honestidade: ou cá ou lá. Haja um fim de vida, uma determinante.

Ela resiste, clama, mas impressiona-se e reconcilia-se e encontra-se, porque se queria perder para mais rigorosamente estar na moda. O divórcio seria apenas o complemento do imprescindível «trouges»...

Esta transição não é forçada, não é arranjada adrede pelo autor. Não é um chamamento alitivo. É natural, é a sequência lógica, o desfecho fatal. Maria Antónia não se convence sómente por uma razão de inteligência, de especulação doutrinária, mas porque olha no irmão um anarquista que lhe fala portanto sem opinião preconcebida.

«Ele é anarquista, destruidor da sociedade existente e aconselha-me assim? É porque é sincero, justo, verdadeiro. A vantagem d'êlo, fascinado pelas suas ideias, seria dizer-me o contrário. Ele é inteligente; foi e é um rebelde à família e se me diz isto é porque tem razões».

Ruy tem um grande desgosto. Uma mulher a quem amava abandona-o e ele não a recrimina, defende-a até (é o seu dever para com as ideias que professa), mas sofre. Maria Antónia percebe, sente bem a amargura do irmão e acusa-a a ela por have-lo deixado — a ele seu companheiro de luta, seu amigo, seu amante, sem se lembrar da ferida que lhe abria na alma; e nota então, talvez, os deveres que tem aqueles que um dia se uniram.

O domínio de Ruy é mais sobre a alma do que sobre a inteligência da irmã. Isto não o escreveu Alfredo Cortez, mas presente-se porque para indefinido.

Foi o que os críticos não perceberam ou não quiseram perceber. A acção da peça é intensa, forte. Corre normalmente, seqüentemente. Mas é mais interior do que externa; os personagens têm uma vida íntima de que o diálogo é expressão verbal. As várias cambiantes por que vão passando as almas sente-as o público sem que as saiba definir, mas tem que explica-las o crítico numa agudeza de percepção. As frases formam a estrutura geral, o revestimento das ondas anímicas que vão seguindo. As paixões não se aquilatam só pela frase, isto é pelo seu conteúdo objectivo, mas pelo movimento inferior, por qualquer coisa que estando nela lhe é superior e está fora dela.

Isto é que é a acção da peça, é que é a sua nota de maior relevo; não são os gritos exagerados, os golpes por vezes ridículos que abundam no teatro de «épatés»; a acção corre impalpável, mas serena, menos por força de argumentos do que por revelações consecutivas da alma.

Pôde dizer-se que o anarquista é um pouco declamatório, profundo de mais; mas é precisamente isso que lhe dá verdade. Um homem que durante vinte anos foi um comicheiro, um orador; que tem passado a sua vida a comunicar ideias com calor, com fé, quando fala e tem necessidade



de aconselhar é natural que as palavras tenham mais fôgo, sejam mais quentes.

O final é bem marcado. Reconciliam-se todos e até o anarquista, inimigo da vida familiar, fica. Essa transigencia do filho pródigo é dada com inteligência, com habilidade, com recursos.

Ele não renega as suas ideias, pelo contrário; mas nós sentimos nêlo um certo abandono, uma certa desilusão. Quasi imperceptível e por isso, porque é vaga, subtil, inapreensível, é que essa mudança (mas não cbeça a haver mudança) é feita com destreza mental.

No final da peça há calma, felicidade, e quietude.

É teatro equilibrado, clássico, dentro dos cânons das três unidades, mas nem por isso deixa de ser novo, frêscó, desespoeirado. Sem embargo de ser uma peça católica não é apologética. É uma scena da vida, vista por um artista que tem uma finalidade na sua arte, um *leit-motiv* permanente.

Há ideias no novo original de Alfredo Cortez — sem dúvida; e é isso que êle pertende —; há uma ideia que um temperamento de artista serve. A Arte não é um fim em si mesmo, é um meio, é um instrumento que pôde servir ideias benéficas ou prejudiciais, mas que serve ideias, que serve o pensamento do artista.

Em Portugal quando surge alguém a movimentar ideias, a subir mais alto, a sair do normal da literatura folhetinesca, a crítica assesta-lhe o arco de flechas e vê de dardejá-lo impenitentemente, sem consideração alguma pelas mais elementares noções de senso. Convenhamos — é uma attitude pouco elegante.

Sairam-me estas várias e desageitadas considerações, ainda sob a magnífica impressão da nova obra de Alfredo Cortez, a melhor da sua segunda fase espirital — muito melhor que «Lourdes», melhor que «Oiro».

Não digo aquellas palavras de mecânica teatral, pedantescas como todas as palavras vazias, porque elas são pertença exclusiva dos críticos profissionais. Direi sómente que tem verdade e humanidade e que denuncia um artista que fez teatro sério e não teatro chá-de-tília.

Estas impressões não são dum crítico, porque felizmente não sou crítico — sou público.

XIII-Março.

Abílio PINTO DE LEMOS

## O Infante D. Miguel e o Marquês de Fronteira

(Notas à margem das Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna)

por D. JOÃO D'ALMEIDA

edição da Junta Escolar de Lisboa — Preço Esc. 5500

Encontra-se à venda nas principais livrarias de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga e na Redacção da Política.

## ADMINISTRAÇÃO

III SÉRIE DA "POLÍTICA" — «Política» ao iniciar com o próximo número 21 a sua terceira série aumentará o texto de 8 páginas. Atendendo a isso e ao custo de papel e impressão cada série aumentará de preço 2\$50.

"POLÍTICA" MULTADA — O último número da nossa revista foi impiedosamente multado nos correios pelo facto da última página ir separada do texto. Aos nossos assinantes pedimos as maiores desculpas por tão lamentável facto de que aliás não fomos culpados.

N.º 1 E 9 — Tendo-se esgotado os números 1 e 9 da «Política» a Administração compra-os ao preço de 2\$00 cada exemplar.

---

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### LIVROS

SAGRADAS PEDRAS — *D. Maria Madalena Martel Patrício*. — Numa ótima edição da «Parceria António Maria Pereira», recebida de dezinhos dos nossos melhores artistas, trata esta ilustre Senhora do pensamento cristão da arquitetura com a maior inteligência e brilho literário.

A IGREJA DE SANTA MARIA MADALENA DE LISBOA — *Luis de Macedo*. — Editado pela «Solução Editora» e acompanhado de excelentes gravuras publicou o nosso amigo e ilustre arqueólogo Sr. Luis de Macedo este trabalho de investigação que revela as notáveis qualidades do seu autor.

FÓRA DA AULA — *Doutor J. A. Pires de Lima*. — Fóra da Aula — é uma série de notáveis ensaios escritos pelo Senhor Doutor Pires de Lima, ilustre Professor da Universidade do Porto.

AO SERVIÇO DA TERRA — *Luis de Almeida Braga*. — Do nosso querido camarada e ilustre escritor Dr. Luis de Almeida Braga recebemos este folheto que reproduz um magnífico discurso cheio dos melhores princípios nacionalistas e escrito com o melhor sabor literário.

PRINCESSES DE PORTUGAL — *D. Maria Madalena Martel Patrício*. — Num delicioso francês publicou a Senhora D. Maria Madalena Martel Patrício uma interessante conferência que deveris realisar em Bruges.

MÁQUINA DE VIDRO. — *António Pedro*. — Impresso nas oficinas «Bertrand» (Irmãos) saiu este livro de versos do nosso amigo e camarada António Pedro, um dos melhores valores literários da nova geração.

O PENSAMENTO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO EM PORTUGAL — *Fernando Campos*. — Em edição da «Nação Portuguesa» publicou o nosso cama-

## POLITICA

rada e illustre escritor sr. Fernando Campos o 1.º volume desta obra tão proveitosa para as nossas ideias, pois que duma vez para sempre, desfaz a atarida de que os principios integralistas foram bebidos no Nacionalismo Francês.

O novo livro de Fernando Campos além de revelar um grande trabalho de investigação é escrito no melhor e mais puro estilo. É um livro indispensável na biblioteca de todos os integralistas.

CONQUISTA DO SERTÃO — *Guilherme de Ayala Monteiro*. — Editado pela «Editorial Portugal Ultramar» saiu um romance do nosso amigo e illustre camarada Dr. Guilherme de Ayala Monteiro. Romance dum superior sentido nacionalista o livro do Dr. Guilherme de Ayala Monteiro marca como uma notável afirmação das suas brilhantes qualidades de escritor e da directriz mental do seu espirito superior.

SANGUE — *Augusto Pires de Lima*. — Como tínhamos anunciado, já está nos escaparates das livrarias este romance do nosso amigo Dr. Augusto Pires de Lima, manifestação vincada da sua intelligência e das suas qualidades literárias.

«Política» agradece a todos aqueles que lhe enviaram as suas obras e promete mais pormenorisedamente referir-se-lhe na secção de crítica literária.

Referir-nos-emos a todos os livros de que nos fôrem enviados dois exemplares.

---

## REVISTAS

---

*Técnica* — Revista de engenharia dos estudantes do Instituto Superior Técnico — Lisboa

*Gil Vicente* — Revista nacionalista — Guimarães.

*Estudos* — Revista, órgão do C. A. D. C. — Coimbra.

*Boletim* — Revista de Fê-Sciencias e Letras — Lisboa.

*Boletim do Instituto Francês em Portugal* — Coimbra.

## CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cíveis

Partos — Sífilis

CONSULTAS

Largo José Fontana, 12-2.º (às 16 horas)

## DR. MARIO CARDIA

Médico dos Hospitais

Doenças das senhoras

Partos. Cirurgia

Tratamentos pelo rádio e electricidade  
AVENIDA DOS ALIADOS, 41 L.º PORTO

— TEL. 1386-4627 —

## MIRA DA SILVA

MÉDICO

Avenida Almirante Reis, 57-A, L.º

LISBOA

## DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cíveis

CONSULTAS

LISBOA: Rua 16 de Outubro, 33-Tel. 6. 1699

A's 14 horas

DAFUNDO: R. Paço Duque

A's 17,30 horas

Não há CAFÉ como o de

A

PAULISTANA

À venda no

Largo de S. Domingos, 12 e na

Av. F. Pereira de Melo, 52 52-B

## CASA DOS PANOS

A 1.ª casa da especialidade

Sortimento completo em

Panos brancos e Linhos

Tecidos de côr para roupa

de Senhora. Sarjas

brancas, Sarjões crús.

: : : : etc. : : : :

Serviço rápido de amostras para

PROVINCIAS E ILHAS

Esquina da Rua de S. Julião  
45, R. dos Fanqueiros, 49

## AFONSO LUCAS

ADVOGADO

Rua Arco Bandeira, 70 2.º

TELEFONE C. 642

LISBOA

## Martinho Nobre de Melo

ADVOGADO

Rua de Santa Justa, 82. 2.º

TETEFONE NORTE 4003

LISBOA

Antonio J. Freire

Clinica Médica-Polioterapia

Consultório: Rua de St.ª Justa, 6, 1.º

Às 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs — Das 15 às 18 h.

TELEFONE TRINDADE 3554

Residência: R. da Junqueira, 279, 1.º

TELEFONE BLEM 497 — LISBOA

## DR. AMARAL PYRRAIT

MÉDICO

Consultório — Rua Archiete

LISBOA

